A. Teixeira de Sousa
Eduardo de Freitas

Subsídios para uma análise da população activa operária em Portugal

Pretende-se neste artigo contribuir para o estudo da evolução da classe operária em Portugal no período compreendido entre 1940 e 1970. Tomando-se como base de trabalho os dados oficiais fornecidos pelo I N. E., procedeu-se, na medida do possível, à sua reelaboração, construindo novos agrupamentos e procurando delimitar os conjuntos de agentes sociais que se situam, no processo de produção, como «trabalhadores produtivos», susceptíveis portanto de serem integrados numa análise da população operária, em termos de situação de classe, a nível exclusivamente económico. Atendeu-se, depois, à sua evolução no período considerado e à sua distribuição / concentração no espaço geográfico português.

I

REFERÊNCIA TEÓRICA

Na maior parte dos textos de natureza sociológica aparecidos nas últimas décadas verifica-se uma confusão generalizada entre os conceitos de estrato social e de classe social, entre estratificação e sistema de classes, o que não pode deixar de se reflectir negativamente na qualidade da produção teórica e, portanto, na capacidade instrumental da teoria para uma análise objectiva da realidade social.

Um esquema de estratificação divide a sociedade em vários grupos sociais, dispostos numa determinada ordem hierárquica que pressupõe um sistema de «posições» sociais a que correspondem direitos e obrigações diferentes. Os indivíduos situados numa determinada «posição» social constituem um estrato ou camada cujas relações com os outros estratos ou camadas se definem em termos de «superioridade/inferioridade». Evidentemente, o número destes estratos pode variar de maneira indefinida, tudo dependendo dos critérios que servirem de base à distinção das «posições», critérios que estão intimamente relacionados com um sistema comum de valores. Em resumo: um sistema de estrati-

ficação consiste numa sobreposição de variadas camadas sociais, que se supõem integradas funcionalmente no todo social.

Quando se estudam problemas de estratificação, parte-se de um princípio previamente aceite como postulado de base: o princípio segundo o qual a «desigualdade social é inevitável em qualquer tipo de sociedade». Além disso, um esquema de estratificação é geralmente descritivo, destinando-se a possibilitar uma visão estática de uma determinada sociedade, sem conduzir à exacta compreensão das estruturas sociais que estão na base da referida desigualdade e sem conduzir, sobretudo, à captação da dinâmica da sua transformação.

De facto, nas análises de estratificação social, apesar de se admitir a existência de um certo tipo de conflitos que a desigualdade social não pode deixar de produzir, pressupõe-se habitualmente que se trata de conflitos de certo modo «marginais» (decorrentes de fenómenos de anomia e de *déviance*) e susceptíveis de integração, já que o recurso ao conceito de «mobilidade social» [1] permite explicar o desaparecimento das tensões, na medida em que qualquer indivíduo pode subir na escala social segundo o seu trabalho e as suas capacidades. Isto significaria, como é óbvio, que não existem, ao nível das estruturas, contradições fundamentais.

Apesar do peso das suas dificuldades de carácter teórico e prático, o conceito de classe social, devidamente relacionado com os principais elementos conceptuais que servem de base à sua elaboração científica, há-de revelar-se um instrumento de análise indispensável a qualquer investigação que tenha por objectivo o conhecimento da estrutura social e dos mecanismos da sua transformação. Com efeito, ao contrário do que se passa com o conceito de estratificação, de natureza predominantemente descritiva e quantitativa, o conceito de classe afirma-se, por um lado, como *instrumento essencialmente analítico,* apto a dar conta das contradições fundamentais existentes ao nível estrutural, e, por outro lado, como *categoria* histórica, apontando o papel das classes sociais na transformação e no desenvolvimento das sociedades.

Nestas condições, abdicar do conceito de classe, em certas análises sociais, poderá significar que, tendo-se «ignorado», no decorrer da investigação, as contradições fundamentais referidas, os resultados obtidos se caracterizarão por uma predominância da sua dimensão ideológica.

Na elaboração deste texto tomou-se como ponto de partida o conceito de classe tal como foi definido por Poulantzas. Assim, consideram-se como classes sociais, «grupos de homens definidos *principalmente,* mas não exclusivamente, pelo seu lugar no processo de produção, isto é, na esfera do económico» [2], lugar este que é rigorosamente assinalável no terreno das *relações* sociais, e não do nível das *estruturas*. Quer-se portanto referir a existência de dois níveis, o das estruturas e o das relações ou práticas sociais, no interior de um sistema social.

---

[1] Refere-se em particular a mobilidade vertical ascendente.

[2] *L'Homme et la Société,* n.os 24-25, Abril-Setembro de 1972, p. 23.

Deste modo, o critério caracterizador do lugar dos agentes sociais decorre fundamentalmente da esfera do económico, assinalando um dado lugar aos agentes sociais no campo das práticas por via dos efeitos emergentes da estrutura do económico. Se este critério permite, só por si, revelar a *situação de classe* dos grupos de agentes constitutivos das diversas classes sociais, terá, no entanto, de ser conjugado com os critérios decorrentes das estruturas do político e do ideológico conducentes à referenciação dos grupos de agentes, em termos de *posição de classe*.

O critério indiciador da situação de classe dos grupos de agentes sociais exige a sua desmontagem analítica no sentido de se poderem vir a explicitar conjuntos de coordenadas que *situem* os concretos grupos de agentes no interior do sistema económico de produção. Assim, operando no âmbito de tais dimensões, poder-se-ão encontrar os elementos forjadores da «grelha» de análise a aplicar aos concretos grupos de agentes, no sentido de os situar em relação às diversas classes sociais que actuam numa dada sociedade. Alude-se, portanto, ao problema da operacionalização do conceito de classe social, com vista ao que se avançam alguns marcos eventualmente susceptíveis de referenciar um tal campo de análise.

Uma vez que o presente texto tem como principal objectivo delimitar conjuntos de agentes sociais constitutivos da classe operária em termos de *situação* de classe, parece conveniente deixar enunciados alguns pontos que para tal contribuam.

No modo de produção capitalista, o *trabalho produtivo* é realizado pelos produtores directos que se encontram inteiramente separados dos meios de produção e, portanto, inseridos no sistema de produção económica, pela mediação inevitável da venda da sua força de trabalho. Assim, é trabalho produtivo o que se realiza na esfera do consumo da força de trabalho pelo capital e que, além disso, se finaliza na produção de mercadorias. Trabalhador produtivo é o produtor de mercadorias, aquele que vulgarmente se designa por *operário*.

A classe operária, identificada ao nível do económico, delimita-se no conjunto dos agentes sociais que se situam como trabalhadores produtivos no campo da produção de mercadorias. Do mesmo passo, fica a recusa da configuração da classe operária como conjunto de agentes sociais *assalariados*, isto por via de constituir o salário, enquanto resultado da aplicação prática da figura jurídica que é o contrato de compra e venda da força de trabalho, mera maneira de repartir o rendimento (produto). Na verdade, em virtude da muito grande diversidade de relações sociais que a forma salário recobre, o conceito de salariato e o de classe operária não são identificáveis um com o outro.

Esta breve tentativa de abordagem do problema da conceptualização de trabalhador produtivo permite um primeiro caminhar na via da sua operacionalização, considerando-se a inclusão ou não inclusão (pelo menos provisoriamente) de certos grupos de agentes sociais na classe operária. Veja-se, por exemplo, o caso dos trabalhadores dos transportes (de mercadorias): a sua inclu-

são no conjunto dos trabalhadores produtivos, ou, como abaixo se verá, no da população activa operária, parece indiscutível, na medida em que estes trabalhadores veiculam os produtos até ao mercado onde os mesmos «se tornam» efectivamente mercadorias. Mas um outro grupo de agentes, os trabalhadores dos serviços (caso dos trabalhadores do comércio, dos bancos, etc.), já parece de excluir, pois pertence sobretudo à esfera da circulação do capital, e não à da produção de mercadorias.

No respeitante aos trabalhadores que desempenham funções essencialmente técnicas, exigentes de uma alta qualificação (os chamados quadros técnicos, engenheiros de produção, etc.), e se encontram inseridos na (ou junto da) produção material, a sua inclusão na classe operária deve ser vista, igualmente, em função dos concretos lugares que ocupam no campo das relações sociais. A situação de classe destes agentes é um ponto controverso, bem merecedor de ampla reflexão teórica.

De facto, da socialização progressiva das forças produtivas e do processo de trabalho, surgida principalmente com o começo do desenvolvimento da grande indústria e da cada vez maior imbricação de tarefas que convergem na produção de mercadorias, tem resultado que os técnicos, em sentido lato, tendem a ser incluídos, juntamente com os trabalhadores produtivos propriamente ditos, na designação genérica de «trabalhador colectivo produtivo». Contudo, a designação de «trabalhador colectivo» reporta-se ainda à classe operária, referindo-a nos limites das suas transformações. Não há descoincidência entre o conjunto dos agentes de produção recobertos pelo conceito de trabalhador produtivo (classe operária) e o trabalhador colectivo. A ser assim, a distinção por vezes praticada relativamente a estes dois conceitos — trabalhador colectivo, que referiria o conjunto de agentes que concorrem tecnicamente para a produção de mercadorias, e trabalhador produtivo, que abrangeria exclusivamente aqueles que produzem directamente mercadorias — poderá veicular o objectivo político de apontar como quase operários uma gama extremamente diversificada de trabalhadores assalariados.

A colocação do problema da forma que parece correcta aponta para a atribuição à especificidade da divisão social do trabalho, divisão esta que «comanda» a divisão técnica do trabalho [3], devidamente conjugada com sectores decorrentes do agregado estrutural político-ideológico, a mesma determinação na distribuição dos agentes em classes — isto é, no caso particular dos técnicos, engenheiros etc., os critérios decorrentes do económico não bastam para assinalar a sua específica classe. Torna-se, neste caso, indispensável levar em conta os concretos efeitos do referido agregado político-ideológico no terreno das relações sociais. Verifica-se, assim que este grupo de agentes surge como portador de uma autoridade e de uma capacidade de organização e *contrôle* do

[3] Com efeito, não é imputar a qualquer «tecnicização» progressiva do processo de trabalho e aos seus efeitos na divisão técnica do trabalho a determinação, na esfera do económico, da distribuição dos agentes em classes.

processo de trabalho estreitamente ligadas às características do tipo de trabalho que predominantemente desenvolvem: o trabalho intelectual. E, porque ocupam lugares relacionados com a direcção, a planificação, a organização do processo de trabalho, as suas funções veiculam o objectivo da reprodução das relações de produção, o que implica, considerando a determinação estrutural global de classe destes trabalhadores, isto é, a natureza dos lugares que ocupam no conjunto da divisão social do trabalho, *recusar* a sua inclusão na classe operária.

Dá-se aqui por finda a breve explanação dos principais materiais teóricos, que nos pareceu indispensável. A maneira como foram expostos, embora sabendo-a distante da que daria conta da complexa urdidura de conceitos e relações, considera-se um primeiro momento deste trabalho, que pretende ser uma tentativa de delimitação da classe operária em termos de situação de classe, ou seja, mais pormenorizada e rigorosamente, uma tentativa de detecção da população activa operária (entendida como conjunto de agentes sociais situados no processo de produção como trabalhadores produtivos), empreendida com base no postulado teórico da destrinça entre estruturas e práticas organizada fundamentalmente em referência à particular reflexão ao nível do económico no domínio das práticas, permitindo apenas a delimitação de um conjunto «homogéneo», e não a análise sistemática do terreno das relações sociais de produção.

Obviamente, o trabalho de análise que se segue deve ser lido com as reservas provenientes da incipiência do esquema operacionalizador do conceito de classe social, do «salto» que se efectuou, como se verá, tendo presente a «qualidade» dos materiais empíricos disponíveis e ainda da ausência de uma tradição de trabalhos reveladores da estrutura social portuguesa no plano das classes sociais.

II

REFERÊNCIA METODOLÓGICA

1. O processo de delimitação de um *conjunto de referência* que coincida o mais aproximadamente possível com a *população activa operária* iniciou-se tendo em conta, não só o quadro conceptual e teórico atrás apresentado nas suas principais coordenadas, como também a «malha» dos elementos recolhidos e publicados pelo I. N. E. sob a forma conhecida dos recenseamentos gerais da população. A análise que se efectua é, por assim dizer, uma *análise secundária,* pois assenta nos elementos que as «grelhas», constituídas pelos instrumentos de anotação (questionário denominado, em 1970, «boletim de família») «quiseram» agarrar, emprestando-lhes o estatuto de *dados,* nas premissas teórico-metodológicas demarcantes do plano de fundo específico de cada instrumento de anotação e, claro está, nas prévias hipóteses de trabalho que enformaram a construção daqueles instrumentos. Na medida em que não cabe no âmbito daquelas premissas teóricas, por via da sua

inevitável perspectiva descritiva balizada pelo senso comum, a hipótese fundamental de a população de uma formação social se repartir por classes sociais, e não por simples agrupamentos lógicos (etários, profissionais, geográficos, etc.), foi necessário procurar outras significações por cima de um entrecruzado de significados para leitura *trompe-l'œil*. Assim, trata-se de uma análise secundária, na medida em que se tenta romper a organização «ingénua» do material estatístico disponível e captar algo em conformidade com outras hipóteses teóricas.

Os dados que as estatísticas colocam à disposição dos utentes não são «neutros», nunca representam a linguagem «pura» de uma realidade social que falasse de si própria. Todos os dados são construídos, constituindo, assim, uma resposta a perguntas concretas, na base das quais se encontram, implícita ou explicitamente, pressupostos de natureza teórica que determinam as interrogações a que se vai submeter a realidade social. Essas interrogações fundamentam-se, portanto, em determinados conceitos, exprimem-se numa certa linguagem, implicam determinadas operações. Deste modo, a «resposta» que a realidade dá já se encontra, de certa maneira, limitada pela pergunta que lhe é feita. Por outras palavras: a significação dos «dados» está necessariamente dependente da maneira como foram «captados» e construídos.

No caso presente, este trabalho baseia-se, não em certas interrogações feitas directamente à realidade social que se pretende conhecer (como aconteceria, por exemplo, se se tivesse realizado um inquérito), mas em «dados» oficiais já existentes, que são submetidos a novas interrogações e a novas operações. É evidente que a maneira como esses «dados» foram construídos pelo I. N. E. determinou (e, portanto, já limitou) o tipo de perguntas a que poderiam ser, por sua vez, submetidos.

Como, neste caso concreto, a problemática das classes parece ter estado completamente ausente das preocupações que nortearam a construção dos «dados», a pobreza da matéria-prima estatística impede uma análise da formação social portuguesa em termos de classe.

Pareceu possível, no entanto, apesar dos obstáculos e limitações apontados, tentar uma estimativa da população activa operária, utilizando para isso os agrupamentos lógicos em que se divide a população portuguesa nas estatísticas oficiais.

2. Convencionou-se que as fontes de informação — os recenseamentos — possuíam um mínimo de homogeneidade entre si quanto aos principais critérios e conceitos orientadores das agregações feitas. Isto, apesar de terem surgido alterações de vulto no conteúdo de critérios, conceitos e classificações, alterações que se supõem explicitadas, quanto ao essencial, nas notas introdutórias dos volumes dos recenseamentos e de que daremos apenas alguns exemplos. Assim, a idade-limite para o exercício duma profissão elevou-se de 10 para 12 anos em 1950, para de novo se baixar para 10 anos em 1960. Este facto provocou, como é óbvio, alterações importantes nos quantitativos da população activa e na sua distribuição por agrupamentos lógicos: profissões, situação

na profissão, ramos de actividade, grupos etários, etc. Do mesmo modo, a introdução, em 1950, do conceito de «activo com ocupação» provocou, como facilmente se compreende, uma redução considerável nos efectivos da «população activa com profissão», relativamente à classificação de 1940. Aponta-se ainda o facto de as diferenças existentes na classificação das profissões e actividades (é só em 1960 que surgem, pela primeira vez, a CITP e a CITA) em relação aos três censos poderem «enviezar» consideravelmente toda a análise que aqui se regista.

É por isso que a distribuição sistemática dos agentes sociais — os homens — em classes sociais se afigura impraticável, tanto quanto se vislumbra, no estádio actual de desenvolvimento da prática sociológica portuguesa, pelo menos por carência dos necessários materiais de base (elementos estatísticos construídos de acordo com a perspectiva adequada ao fim em vista). De resto, esta lacuna de dados fundamentais parece, em parte, ter originado mudança de agulha em análises aparentemente pensadas, no início, em termos de estrutura de classes e realizadas, por fim, nos quadros mais tradicionais dos estudos de estratificação social [4].

Perante a qualidade fruste da informação disponível, efectuou-se uma ponderação dos principais «critérios» e «conceitos» nela utilizados e uma análise dos grupos de profissão e das classes de ramos de actividade contidas nas classificações.

Como possíveis indicadores de dimensões do conceito de «classe operária» [5] que fossem simultaneamente «conceitos» manipulados pelos censos, há dois que parecem relativamente potentes para indicarem os grupos de agentes sociais pertencentes à população operária.

Trata-se da *profissão* exercida (indicador básico) e da *situação na profissão* que os censos designam «*trabalhadores por conta de outrem*». Este último indicador apresenta-se, normalmente, como complemento necessário do primeiro, e da conjugação dos dois resulta um conjunto destinado a ser devidamente «depurado»

---

[4] Ver A. SEDAS NUNES e J. David MIRANDA, «A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações», *Análise Social*, vol. VII, n.os 27-28, Lisboa, Gabinete de Investigações Sociais, 1969, pp. 336-343.

[5] Talvez seja mais correcto falar de reformulação ou reaproveitamento de conceitos adstritos à «teoria da estratificação social», através do quadro conceptual que corresponde ao objecto assumido pela teoria das classes sociais. Ter-se-á, nesta perspectiva, um conjunto estruturado de conceitos, capaz de restituir, em termos de conhecimento, a problemática constituída pelas classes sociais e, portanto, suficientemente potente. Esse conjunto, «operado» com elementos de uma outra teoria (a da «estratificação social»), de que fazem parte conceitos como os de «profissão» e «situação na profissão» (entre outros), dá como «produto» «conceitos» que se podem considerar ou integrados ou integráveis nesse mesmo conjunto estruturado. Desta maneira, o «conceito» de «população activa operária» é elemento pertencente ao quadro teórico enunciado em I, resultante duma «operação lógica» com outros conceitos de outra teoria e apontando a «parte» do conceito de «classe social» que corresponde à «situação de classe». Ou, preferentemente, caso o «conceito» de «população activa operária» se revele incipiente, então apenas alude a um «outro conceito», a dever ser construído, rigorosamente, no contexto das suas relações com os demais, todavia adentro do espaço da teoria geral de referenciação.

por outros indicadores, como, por exemplo, o «ramo de actividade», a «instrução», etc., que assim deveriam ter servido para se proceder ao corte de certos «grupos de base» de profissões em relação aos quais se manifestassem dúvidas quanto à sua inclusão. Esta «depuração» não era muito viável, dada a organização «apertada» dos elementos estatísticos à mão, pelo que se decidiu considerar o indicador «ramo de actividade» apenas a título de exercício na análise da distribuição da P. A. O. por ramo de actividade (ver pp. 331 a 336).

Da classificação das profissões utilizada no X Recenseamento foram retidos [6], por completo, os seguintes «grandes grupos»: *a*) «mineiros, operários de pedreiras e equiparados»; *b*) «operários qualificados, especializados e não especializados, n. r.»; *c*) a parcela do «grande grupo» «trabalhadores dos transportes e das comunicações», que pareceu ser preenchida, principalmente, por trabalhadores dos transportes de mercadorias. Deste modo, não foram levados em conta grandes grupos de agentes sociais que, pelo cariz da sua profissão, não pertencem à população activa operária [7].

a) «*Mineiros, operários de pedreiras e equiparados*» — O processo de extracção dos minérios possui já, no nosso país, características acentuadamente industrializadas e, portanto, tipicamente capitalistas. No que se refere propriamente aos mineiros, nenhumas dúvidas se levantam, por conseguinte, uma vez que a sua inserção no processo de produção, como trabalhadores produtivos,

---

[6] É óbvio que se teve de proceder a um trabalho de definição de correspondências de profissões e grupos de profissões entre as retidas para 1960 como indicadoras da população activa operária e as utilizadas nos censos de 1950 e de 1940, trabalho que por vezes se traduziu em grandes dificuldades.

[7] Foram excluídos os seguintes grandes grupos de profissões: «pessoas exercendo uma profissão liberal, técnicos e equiparados», «directores e pessoal dos quadros administrativos superiores», «empregados de escritório», «comerciantes e vendedores», «agricultores, pescadores, silvicultores e trabalhadores equiparados», «trabalhadores especializados dos serviços, desportos e actividades recreativas».

O problema dos «agricultores» é complexo; com efeito, um operário agrícola é um agricultor e, se numa agricultura tradicional não há dúvida em excluí-la da população activa operária propriamente dita, numa agricultura industrializada, como a que já existe em determinadas zonas do Ribatejo e do Alentejo, o problema terá de se pôr de maneira muito diferente. Mas não foi possível dispor de elementos estatísticos que permitissem delimitar, quantitativamente, o grupo destes últimos operários agrícolas.

Uma referência, ainda, relativa ao caso dos «pescadores»: as actividades piscatórias de carácter tradicional parecem já muito reduzidas, pois também entre nós a pesca se vai industrializando progressivamente. A situação do pescador que é obrigado a vender a sua força de trabalho a instituições capitalistas parece, portanto, muito semelhante à do proletário das indústrias transformadoras, pelo menos teoricamente. Seria lícito, portanto, incluir os pescadores na população operária. Isso não se fez, porém, porque se não dispõe de elementos que permitam conhecer devidamente esses efectivos, de modo a poder distinguir os que se dedicam a actividades piscatórias industrializadas dos que se ocupam ainda na pesca tradicional. Trata-se, portanto, dum problema que manifesta certas semelhanças com o dos operários agrícolas.

parece evidente. O problema dos operários de pedreiras e equiparados já parece mais complexo; no entanto, decidiu-se reter o grupo na sua totalidade, até porque não era possível separar dos mineiros os operários de pedreiras e equiparados e porque tanto os operários de pedreiras como os equiparados traduzem uma percentagem mínima que não ultrapassa 5 % do total.

b) «*Operários qualificados, especializados e não especializados, n. e.*» — Este grupo não oferece dificuldades específicas no que se refere à presente perspectiva de análise. De facto, trata-se do grupo de profissões vulgarmente ditas «operárias» e que, na maioria dos casos, são próprias das indústrias transformadoras e da construção civil. Isso significa, por conseguinte, que estes grupos de profissões se devem exercer nos quadros definidos pelo modo de produção capitalista.

c) *Trabalhadores dos transportes e das comunicações*» — No que se refere a este «grande grupo», a sua heterogeneidade levou-nos a decompô-lo nos seus numerosos «grupos de base» e a decidir em relação a cada um destes, tendo em conta as suas características próprias. Os trabalhadores das comunicações (carteiros, telefonistas, operadores de radiocomunicações, boletineiros, etc.) foram excluídos. Quanto aos trabalhadores dos transportes, foram retidos aqueles que pareceram mais directamente ligados ao transporte de mercadorias (situando-se assim no processo de produção como trabalhadores produtivos) e que fazem parte dos seguintes «grupos de base»: «marinheiros de ponte, barqueiros e bateleiros», «marinheiros mecânicos, motoristas e lubrificadores de navios», «maquinistas e fogueiros de locomotivas», «motoristas» [8], «condutores de animais e veículos de tracção animal», «condutores de veículos manuais ou de pedal», «expedidores e controladores da circulação (transportes)», «condutores (transportes por estrada)» e «trabalhadores de transportes, n. e.».

Excluíram-se, portanto, os profissionais das comunicações cuja actividade parece mais ligada à produção de serviços do que à produção de mercadorias. E, de entre os trabalhadores dos transportes, afastaram-se também os que pareciam relacionar-se mais com o transporte de passageiros (produção de serviços) [9] do que com o transporte de mercadorias.

---

[8] No «grande grupo» dos «trabalhadores dos transportes e das comunicações», o «grupo de base» que apresentou mais graves problemas foi, sem dúvida, o dos «motoristas». De facto, pode-se dividir este grupo tão heterogéneo em quatro subgrupos diferentes: camionistas, motoristas dos autocarros, motoristas «particulares» e motoristas de táxi. Como só os camionistas estão directamente relacionados com o transporte de mercadorias, pretendeu-se considerar apenas este subgrupo; mas, como as estatísticas do I. N. E. não permitem esta distinção e como não foi possível obter de outras fontes, com um mínimo de segurança, elementos apropriados, incluiu-se o grupo inteiro. Mas isto fez-se contrariadamente, tanto mais que se trata dum grupo numeroso: em 1960, o grupo dos «motoristas» continha, só por si, cerca de metade dos efectivos totais do «grande grupo» dos «trabalhadores dos transportes e das comunicações».

[9] Tendo em conta que, no sistema capitalista, a força de trabalho é também uma mercadoria (mercadoria característica, capaz de criar valor) e que os transportes da Carris e do Metropolitano se destinam, em grande

III

DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA «POPULAÇÃO ACTIVA OPERÁRIA» [10]

As notas que a seguir se alinham pretendem-se meramente descritivas e visam apontar um ou outro elemento estatístico que o trabalho de reelaboração dos dados de que se dispunha pôde revelar. De facto, o que os elementos estatísticos supõem, o que os determina no contexto geral da realidade que pretendem referir, fica largamente invisível levando em conta apenas uma leitura desses números. Com base num certo quadro teórico de referenciação, quadro esse enunciado em I, é possível «penetrar» relativamente a organização da informação estatística existente, construir novos agregados e estabelecer algumas novas concatenações.

Todavia, inscrever os elementos assim obtidos numa interpretação ampla que se consubstancie num conhecimento da realidade social a que aqueles apenas aludem é tarefa que requer uma análise a outro nível, afinal, uma análise das estruturas sociais portuguesas, sincrónica e diacronicamente perspectivada, em particular no tocante à estrutura das classes sociais.

Avançam-se assim, exclusivamente, alguns comentários a quantitativos que se afiguram particularmente sublinháveis e que permitem sugerir tão-só uma descrição dos contingentes da P. A. O., sua distribuição por áreas regionais (distritos e concelhos) e por ramos ou por classes de ramos de actividade, no quadro da sua evolução, no período compreendido entre 1940 e 1960 [11].

O crescimento global da P. A. O. no vinténio em causa é manifesto. Dos 624 683 operários encontrados para 1940 [12], o contingente passou para 767 825 em 1950 e para 913 631 em 1960 [13].

---

parte, à «migração alternante» efectuada pela força de trabalho dos locais de residência em direcção aos locais onde se concentram os meios de produção, e vice-versa, nada impediria, em princípio, segundo parece, que os trabalhadores desse tipo de transportes fossem também retidos. No entanto, como esses transportes se não destinam exclusivamente aos trabalhadores produtivos (até porque circulam durante todo o dia), decidiu-se excluí-los. Mas não foi sem hesitação que tal se fez e não se quer dizer que não tenha havido, nesta decisão, uma certa dose de arbitrariedade.

[10] De ora em diante designa-se esta população por P. A. O.

[11] Uma vez que os dados definitivos do XI Recenceamento — 1970 ainda não são conhecidos, registam-se em várias das notas de pé de página seguintes alguns cálculos efectuados com base na estimativa a 20 % publicada pelo I. N. E.

[12] Para estimar a P. A. O. total em 1940 pressupôs-se que o coeficiente P. A. O./activos com profissão «operária» no referido ano era o encontrado para o ano de 1950.

[13] É admissível considerar que os efectivos encontrados para 1950 e 1940 traduzam a P. A. O. por excesso. Isto porque foi arbitrado incluir nesta P. A. O., em 1950, o subgrupo de profissões «operários e trabalhadores não especializados, n. d.» do grupo «profissões mal definidas ou ignoradas», cujos efectivos atingem os 69 284 indivíduos, e em 1940, os dois subgrupos que o próprio censo de 1950 refere como equivalentes ao mencionado subgrupo, que são: «operários não discriminados» e «operários e trabalhadores não especializados», e cujos efectivos somam 55 427 indivíduos. Fica a dúvida quanto a se estes conjuntos de «trabalhadores» são de incluir na P. A. O.,

Verificou-se, portanto, um aumento em valores absolutos: a P. A. O. aumentou no primeiro decénio 23 % e no segundo 19 %. Igualmente se pode registar um aumento relativo: de facto, no total da população activa com profissão, a P. A. O. passou de 21,4 % em 1940 para 24 % em 1950 e para 27,6 % em 1960 [14].

Conjugando estas variações de volumes de efectivos da P. A. O. e da população activa com profissão com as variações detectáveis no respeitante ao conjunto dos «trabalhadores por conta de outrem», salienta-se que este último conjunto aumentou de 1940 para 1950 cerca de duas vezes mais que o da P. A. O. (47 % contra 23 %) e quase cinco vezes mais que a população activa com profissão (esta cresceu 10 %) e que, de 1950 para 1960, ao pequeno acréscimo da população activa com profissão (4 %) correspondeu um maior crescimento da P. A. O. (19 %) do que ao conjunto dos «trabalhadores por conta de outrem» (7 %) (ver gráfico I).

Efectivos da P. A. O. por colecção de profissões

QUADRO N.º 1

Colecções de profissões	1940		1950		1960	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Mineiros, etc.	11 308	1,8	13 880	1,8	19 295	2,1
Trabalhadores dos transportes	51 548	8,3	61 959	8,1	70 401	7,7
Operários qualificados, etc.	561 827	89,9	691 986	90,1	823 935	90,2
Total ...	624 683	100,0	767 825	100,0	913 651	100,0

Fontes: VIII, IX e X Recenseamentos Gerais da População, I. N. E.

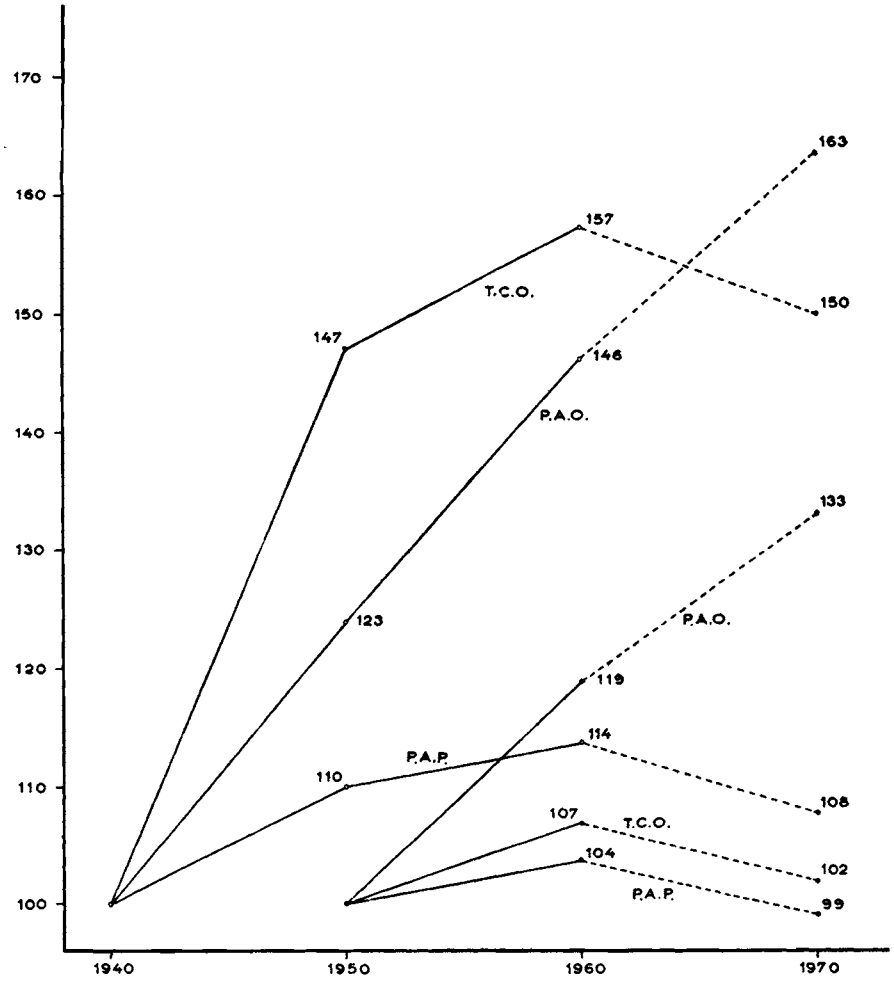
pois nada podemos saber quanto à sua efectiva e permanente inserção no processo de produção. Com efeito, pode-se supor que pelo menos uma parte dos indivíduos que constituem aqueles subgrupos, apenas por curtos períodos de tempo e em actividades as mais diversas de difícil concretização, se localizavam no processo de produção. Caso esta hipótese se apresentasse verosímil, estar-se-ia em presença de conjuntos de trabalhadores eventuais de feição subproletária, provavelmente na sua grande maioria urbanos.

[14] Também se efectuaram os cálculos destas percentagens levando em conta os «desempregados». É certo que para 1960 é possível operar apenas com os «desempregados» que «procuraram novo emprego», excluindo os que «procuraram o primeiro emprego», enquanto, para os anos de 1950 e 1940, tal distinção não foi realizada pelos censos, pelo que se consideraram todos os «desempregados». As frequências relativas encontradas, P. A. O. + + desempregados / população activa com profissão, confirmam, todavia, os resultados acima referidos (1940: 22,4 %; 1950: 24,8 %; 1960: 27,7 %). Deixa-se registada a relativamente pequena relevância em 1960 dos efectivos «desempregados» «que procuravam novo emprego» — 25 121 (o total global dos «desempregados» atinge os 82 126) —, comparados com os efectivos mencionados nos censos para 1950 e 1940, respectivamente 91 970 e 129 621 indivíduos.

Os dados provisórios de 1970 indicam um contigente de P. A. O. de 1 019 285 indivíduos. Assim, no decénio de 1960-70, esta população teria aumentado 11,6 % e seria de 32,4 % o seu «peso relativo» no total da «população activa com profissão».

GRAFICO I

Evolução dos efectivos absolutos, em números-índices, da P. A. O., dos «trabalhadores por conta de outrem» e da «população activa com profissão» do continente e ilhas adjacentes



- - Dados de 1970 — Estimativa a 20 %

Com base nas três colecções de profissões com que se opera, a respeitante aos «mineiros, etc.», a referente aos «operários qualificados, etc.» e a dos «trabalhadores dos transportes», faz-se notar que tanto o conjunto dos «mineiros» como o dos «operários» aumentaram absoluta e relativamente os seus efectivos no total da P. A. O., mas, em contrapartida, no que respeita aos efectivos do conjunto dos «trabalhadores dos transportes», embora tenham aumentado em termos absolutos, outro tanto não sucedeu em termos relativos.

1. Distribuição da P. A. O. por áreas regionais (distritos e concelhos)

Os efectivos de cada um dos três conjuntos de referência distribuem-se muito desigualmente por distritos [15] e concelhos [16], para cada um dos anos referidos. Há, pois, áreas mais «operárias» que outras. Começa-se por analisar a distribuição por distritos.

1.1 *Repartição da P. A. O., em percentagens do total, por distritos*

A P. A. O. do continente distribui-se pelos vários distritos de maneira muito heterogénea, como facilmente se pode verificar

---

[15] A estimativa dos contingentes operários distritais em 1950 e 1960 parte do pressuposto de que o coeficiente P. A. O./activos com profissão «operária» é o encontrado para o continente e ilhas. Para 1940 arbitrou-se o coeficiente obtido para o ano de 1950.

Com o intuito de testar os efectivos distritais obtidos para 1940, recorreu-se a um outro processo, tendo ainda por ponto de partida os dados relativos a 1950. Estabeleceram-se, com base nestes dados, dois tipos de coeficiente: 1) o definido pela relação «efectivos de cada colecção de profissões adstritos aos ramos de actividade onde as mesmas profissões predominam»/ «total de activos da respectiva colecção de profissões», por exemplo, «mineiros, etc.», no ramo das «indústrias extractivas» / total de «mineiros, etc.», 2) o definido pela relação cujo primeiro termo é o mesmo atrás indicado em primeiro lugar, sendo o segundo constituído pelos «efectivos de cada colecção de profissões» «trabalhadores por conta de outrem», isto é, para exemplificar, «mineiros, etc.», no ramo das «indústrias extractivas» / total de «mineiros, etc.» «trabalhadores por conta de outrem». Em seguida, estes dois tipos de coeficiente foram aplicados às respectivas colecções de profissões, ou seja, aos efectivos destas, de 1940, a partir do único valor conhecido, o total de «activos com profissão» por colecção de profissões. Obtiveram-se volumes de «operários» por colecção de profissões, cuja adição produziu o total global de P. A. O. no continente e ilhas e os subtotais distritais. Os resultados finais obtidos confirmam largamente os produzidos pelo anterior processo.

[16] Quanto aos concelhos, apenas se efectuaram os cálculos para 1960. De facto, a alternativa consistia em manter-se um pressuposto do tipo enunciado na nota 15, ou utilizar a agregação, fornecida pela primeira vez no censo de 1960, da população residente por «condições socioeconómicas». Preferiu-se o segundo processo, já que o primeiro pareceu susceptível de mais graves distorções. Registe-se, contudo, que os efectivos do conjunto de referência e os do conjunto obtido pela reunião dos dois subconjuntos de «condições socioeconómicas» que mais de perto respondem à nossa procura («mestres, condutores, operários especializados e qualificados» e «operários n. e.») não coincidem: esses dois subconjuntos somam 1 065 830, contra 913 631 operários do conjunto de referência.

examinando o mapa n.º 1 e o gráfico II. Analisando essa distribuição em 1960 e tentando apreender o sentido da sua evolução no período que vai de 1940 a 1960, verifica-se o seguinte:

a) O distrito do Porto, cuja percentagem de operários se eleva, em 1960, a 23,0 % do total, coloca-se à frente dos demais distritos, logo seguido pelo de Lisboa. A primeira posição, que já lhe pertencia em 1940, manteve-se e tornou-se mais sólida em 1950 e em 1960. De facto, verificou-se um aumento constante, em valores absolutos e em valores relativos.

b) Nos dois distritos de Porto e Lisboa reside cerca de metade (44,4 %) da P. A. O. e esta concentração elevada manteve-se e fortaleceu-se em todo o período que se estende de 1940 a 1960 [17].

c) Um grupo de cinco distritos apenas (Porto, Lisboa, Aveiro, Braga e Setúbal), a que se chamará grupo I, concentra 67,8 % [18] da referida população, formando duas regiões altamente polarizadas, uma das quais é constituída pelos distritos de *Lisboa-Setúbal* e a outra pelos de *Aveiro-Porto-Braga*. Estas duas regiões representam as manchas de maior significado no País em termos de P. A. O.

Note-se também que já em 1940 estas regiões se encontravam em posição semelhante, no que se refere a valores relativos — comportavam 61,4 % do total da P. A. O. —, e que a década de 1950-60 (65,8 %) e a de 1960-70 mais não fizeram que aumentar o volume das percentagens. Também em valores absolutos se regista um forte aumento de efectivos nestes cinco distritos: ao índice 100 referido a 1940 corresponde o índice 132 em 1950 e o índice 162 em 1960 [19].

d) Em oposição a estas duas regiões polarizadas e fortemente concentradas aparecem outras duas, de características acentuadamente agro-rurais que apresentam as mais reduzidas percentagens de P. A. O. Trata-se da *região do Nordeste,* que engloba os distritos de Bragança, Vila Real e Guarda, e da *região do Sudeste,* que engloba os distritos de Portalegre, Évora e Beja. Nestas duas vastíssimas regiões, a economia caracteriza-se, essencialmente, por actividades de natureza agro-pecuária e as zonas urbanizadas (fortemente reduzidas) limitam-se, praticamente, às capitais de distrito.

---

[17] Segundo os dados de 1970, o distrito do Porto teria aumentado a sua percentagem para 24,1 % e os dois distritos de Porto e Lisboa teriam aumentado também a sua percentagem conjunta para 44,9 %, apesar duma ligeira descida na percentagem deste último distrito.

[18] O censo de 1970 confirma também, em relação aos distritos de Aveiro, Braga e Setúbal, o aumento das percentagens verificadas em 1960, destacando-se o distrito de Setúbal, que, de 6,6 % em 1960, teria subido para 8,5 %, e o de Braga, que, de 8,7 %, teria atingido, em 1970, 9,5 %. O grupo I passaria a conter dentro das suas fronteiras, em 1970, 71,9 % da P. A. O. A verificar-se esta previsão, isso traduziria uma tendência de polarização cada vez mais intensa da P. A. O. nestas duas importantes regiões.

[19] Esta evolução continuaria a verificar-se em 1970. Ainda em referência à base 100 atribuída ao ano de 1940, o índice 190 traduz para 1970 tal evolução.

MAPA N.º 1

P. A. O. nos distritos: sua percentagem em relação à população operária no continente (1960)

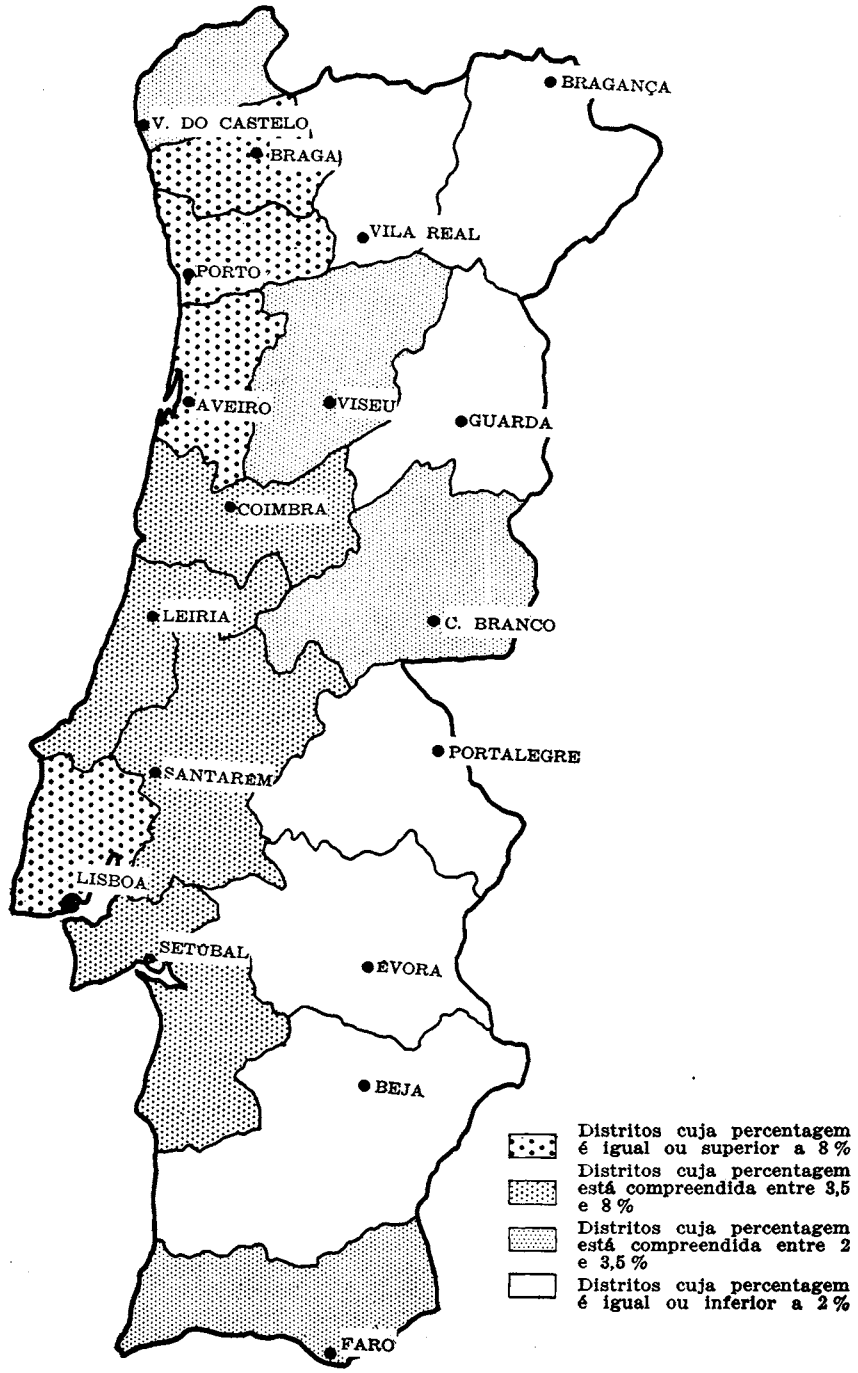
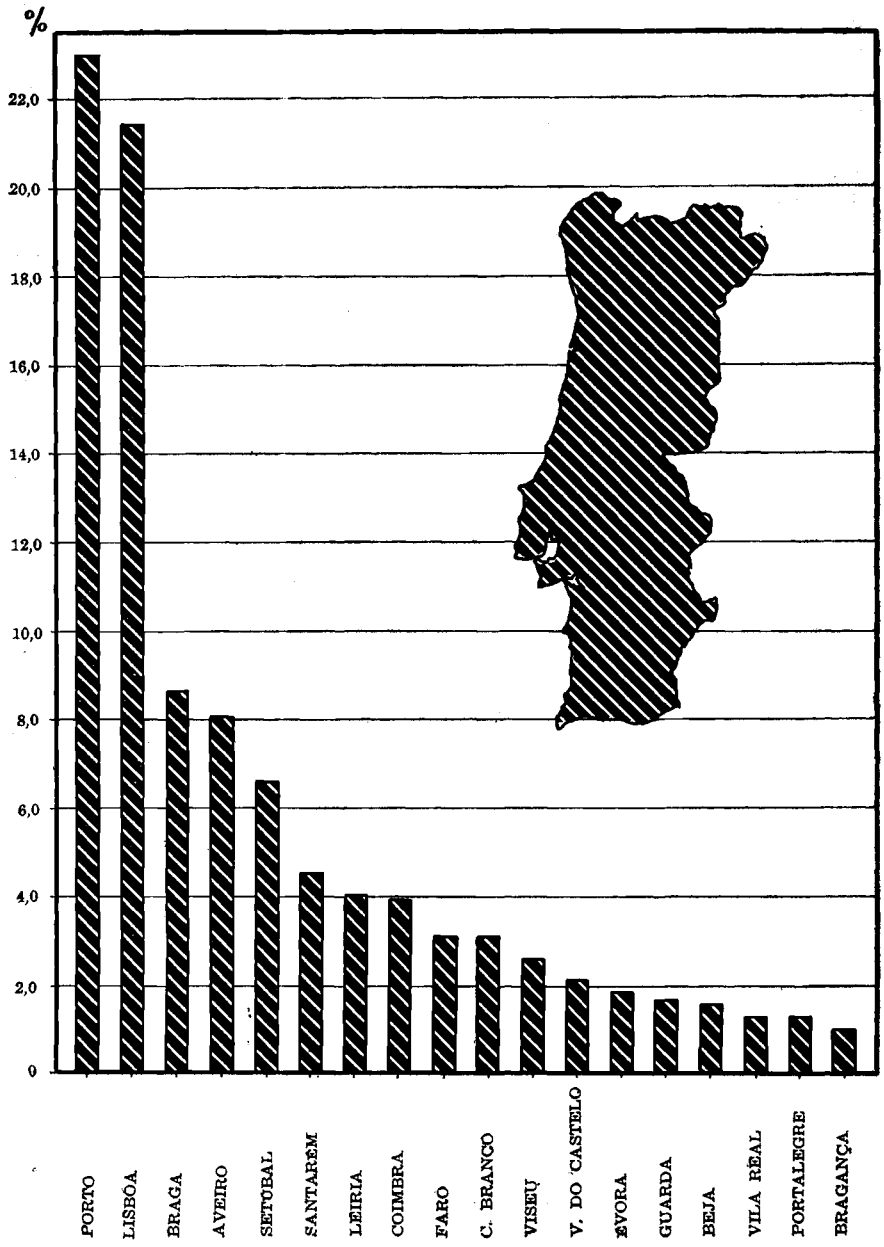


GRAFICO II

Contribuição dos distritos para a população operária total no continente (1960)



Em 1960, este grupo de seis distritos, a que se chamará grupo II, soma, na sua totalidade, apenas 8,7 % dos efectivos operários totais, ou seja, tanto como o distrito de Braga tomado isoladamente. Além disso, esta percentagem fraquíssima traduz uma evolução negativa. Assim, por exemplo, Beja, que em 1940 apresentava uma percentagem de 2,5 %, viu essa percentagem reduzida para 2,0 % em 1950 e para 1,6 % em 1960 [20].

e) Aparece ainda outro grupo (grupo III), de que fazem parte sete distritos: Coimbra, Leiria, Santarém, Viseu, Castelo Branco, Faro e Viana do Castelo. Este grupo intermediário, cujas percentagens variam, em 1960, entre 4,5 % (Santarém) e 2,2 % (Viana do Castelo) por um lado, liga entre si as duas regiões fortemente concentradas do grupo I, continuando-as para norte e para sul, de maneira a delinear uma orla marítima de características mais ou menos «operárias» (distritos de Coimbra, Leiria, Viana do Castelo e Faro), e, por outro lado, estabelece a transição entre a referida orla marítima «operária» e as vastas regiões do interior agrícola e rural (distritos de Santarém, Viseu e Castelo Branco) constitutivas do grupo II.

Entre os distritos deste grupo III, apenas os de Leiria e Viana do Castelo [21] aumentaram as suas percentagens em 1960, com relevo especial para Leiria, que passou de 3,2 % em 1940 para 4,0 % em 1960. Todos os restantes distritos do grupo viram as suas percentagens mais ou menos diminuídas, salientando-se o caso do distrito de Faro, cuja percentagem desceu de 4,8 % em 1940 para 3,1 % em 1960 [22]. Aliás, o distrito de Faro diminuiu, não só em valores relativos, mas também em valores absolutos.

---

[20] A evolução dos distritos constituintes do grupo II transparece da leitura do quadro seguinte; sublinha-se em particular a quebra do número total de efectivos registada entre os anos de 1940 e 1960.

Distritos	1940		1950		1960	
	Número	índice	Número	índice	Número	índice
Vila Real	10 400		11 886		8 380	
Bragança	7 174		8 488		4 680	
Guarda	13 614		14 561		13 040	
Portalegre	10 670		11 718		10 380	
Évora	13 150		15 648		15 100	
Beja	14 803		14 101		10 220	
Total	69 811	100	76 402	109	61 800	89

Fontes: VIII, IX e X Recenseamentos Gerais da População, I. N. E.

Para 1970, os seis distritos com menos quantitativos operários seriam os de Portalegre, Viana do Castelo, Viseu, Beja, Vila Real e Bragança, com um total de 62 735. Este volume seria mesmo inferior ao verificado em 1940 para o correspondente grupo dos seis distritos com menos efectivos operários, embora ligeiramente superior ao encontrado para 1960.

[21] O censo de 1970 parece confirmar o avanço de Leiria (4,2 %), mas indica uma diminuição em Viana do Castelo (2,2 % em 1960 e 1,7 % em 1970).

[22] E a descida de Faro continuaria em 1970, pois que o censo a indica (2,7 %). Indica ainda a descida de Viseu (2,0 %) e Castelo Branco (2,5 %). Coimbra manteria em 1970 a percentagem de 1960 e Santarém apresentaria

Resumindo: o mapa n.º 1 mostra-nos, ao nível dos distritos, uma *orla marítima mais ou menos «operária»* (onde se salientam as duas regiões do grupo I que assumem um papel dinamizador e polarizador crescente), uma vasta *orla interior e fronteiriça* (onde a população operária é praticamente inexistente, ou apresenta efectivos extremamente reduzidos) e uma *zona central* (constituída pelos distritos interiores de Viseu-Castelo Branco-Santarém), que estabelece, de certo modo, como que uma transição entre as duas orlas referidas [23].

1.2 *Relação entre a P. A. O. e a «população activa com profissão» nos distritos*

Se se quiser conhecer a relevância da população activa operária no total da população activa em qualquer distrito, não basta conhecer a percentagem de operários do distrito em relação aos efectivos totais do País; será necessário conhecer principalmente a relação entre a P. A. O. e a «população activa com profissão» no distrito. O mapa n.º 2 pretende fornecer uma visão de conjunto dessa relação, em todos os distritos do continente, segundo o censo de 1960.

As percentagens verificadas na relação referida permitem distribuir em grupos os vários distritos do País, tendo como critério único a maior ou menor elevação dessas percentagens.

Deste modo, tem-se um primeiro grupo a que se chamará grupo A, constituído pelos distritos do Porto (45 %), Aveiro (38,4 %), Setúbal (37,7 %), Braga (36,3 %) e Lisboa (32,0 %). Como se vê, este grupo coincide com o grupo I e, por conseguinte,

---

um irrelevante aumento relativo (4,5 % em 1960 e 4,6 % em 1970). A verificarem-se estas «descidas», o fenómeno da emigração e, no que se refere a Faro, a chamada «crise das conservas», que levou ao encerramento de inúmeras fábricas, seriam hipóteses de explicação a ter em conta.

[23] A distribuição dos distritos do continente por três grandes grupos, em cima apresentada, pode ser totalmente confirmada, em particular no referente ao ano de 1960, se se atender aos contingentes de «pessoal operário» fornecidos pelos Inquéritos Industriais de 1957-59 e de 1964. Assim é, de facto, embora os inquéritos possuam como unidade de inquirição os «estabelecimentos industriais», reportando-se consequentemente os seus dados, também quanto à distribuição do «pessoal» por áreas regionais, não ao local de residência dos indivíduos, mas ao local onde os estabelecimentos se encontram implantados. Uma tal discrepância na referência geográfica de base, vista do nível dos distritos, não deixa de permitir efectuar comparações. Portanto, em relação aos inquéritos, igualmente se podem considerar três grupos de distritos. O grupo I, constituído pelos mesmos cinco distritos — Porto, Lisboa, Aveiro, Braga e Setúbal (ver p. 320) — que mais «pessoal operário» comportam no total dos «operários» do contingente — Inquérito de 1957-59: 72,6 %; Inquérito de 1964: 78,0 %. O grupo II agrega os seis distritos com menor percentagem de «operários» — Viana do Castelo, Évora, Guarda, Portalegre, Vila Real e Bragança, com 6,2 % do total em relação ao Inquérito de 1957-59; para o de 1964, constituído por estes mesmos distritos, menos o primeiro, e mais o de Beja, com 4,0 % do total. Por fim, o grupo III, formado pelos sete distritos restantes, com 21,2 % no Inquérito de 1957-59 e no de 1964, com 17,3 % do total do «pessoal operário». (No respeitante ao «conceito» de «pessoal operário», ver nota 34, e, para os totais globais de «operários», ver quadro n.º 7.)

os cinco distritos que contêm maiores percentagens de operários, em relação à P. A. O. total, são também aqueles em que se verificam mais elevadas percentagens de população operária, em relação à população activa com profissão. Mas aqui a posição do distrito do Porto (45,0 %) salienta-se com muito mais vigor em relação aos outros distritos do grupo A, e muito principalmente em relação ao distrito de Lisboa (32,0 %), que apresenta a menor percentagem do grupo.

A evolução deste grupo no período 1940-60 parece importante e pode ser analisada no quadro n.º 2 [24]:

Relação população operária/população activa com profissão nos distritos

QUADRO N.º 2

Distritos	Anos		
	1940	1950	1960
Porto	35,5	40,4	45,1
Setúbal	34,0	34,7	37,7
Lisboa	26,7	29,2	32,0
(Faro)	(24,6)	(21,1)	(21,9)
Aveiro	24,3	30,3	38,4
Braga	23,5	31,2	36,3

Fontes: VIII, IX e X Recenseamentos Gerais da População, I. N. E.

Note-se a subida manifesta de Aveiro e de Braga e ainda a descida de Faro, que em 1940 era o 4.º distrito do País com maior percentagem de operários e que em 1960 já se encontra na 10.ª posição, abaixo de Leiria, Castelo Branco, Santarém e Coimbra.

Continuando a descrição, encontra-se um segundo grupo, que se denominará grupo B e a que pertencem os distritos de Leiria (23,9 %), Castelo Branco (23,9 %), Santarém (23,2 %), Coimbra (22,3 %) e Faro (21,9 %). A evolução deste grupo pode ver-se no quadro n.º 3 [25].

Embora este quadro nos mostre, para 1960, que os distritos de Leiria e Castelo Branco ocupam a primeira posição *ex aequo* neste grupo, também podemos concluir dele que o distrito de Leiria [26] manifesta uma tendência dinâmica superior à dos demais, pois Leiria situava-se em último lugar, neste grupo, em 1940. É de salientar também a evolução positiva de Coimbra, que, embora a certa distância, se foi aproximando de Leiria.

---

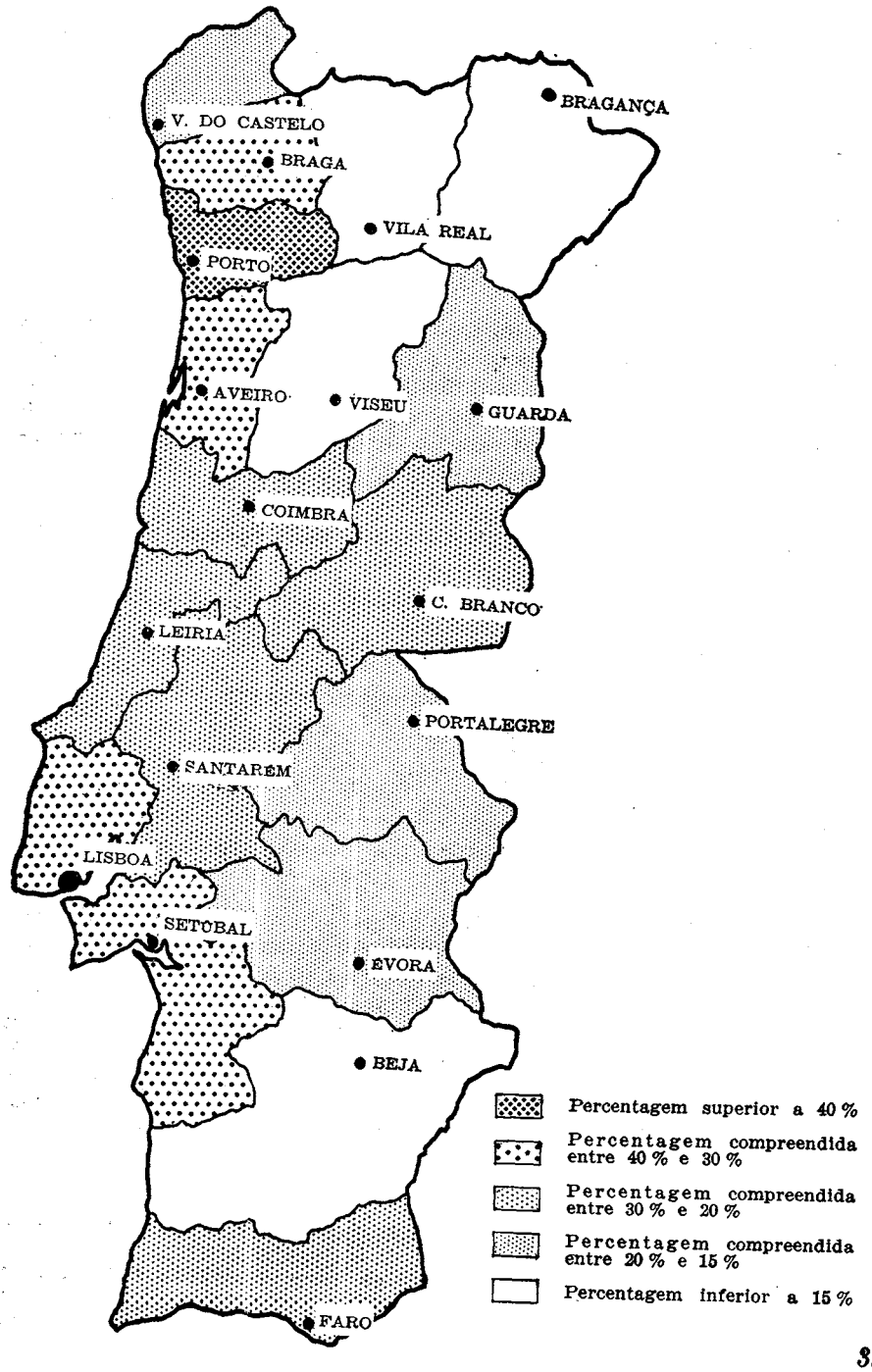
[24] Para 1970 registar-se-iam as seguintes percentagens respeitantes aos mesmos cinco distritos: Porto, 48,4 %; Aveiro, 45,3 %; Setúbal, 43,6 %; Braga, 42,2 %, e Lisboa, 31,8 %.

[25] Verificar-se-iam para 1970 os seguintes valores: Leiria, 31,4 %; Castelo Branco, 26,6 %; Santarém, 29,4 %; Coimbra, 27,7 %, e Faro, 25,8 %.

[26] A concentração da indústria dos cimentos e a indústria do vidro (Marinha Grande) não parecem alheias ao sentido desta evolução.

MAPA N.º 2

Relação, em cada distrito, entre P. A. O. e população activa com profissão



Relação população operária/população activa com profissão nos distritos

QUADRO N.º 3

Distritos	Anos		
	1940	1950	1960
Leiria	15,0	20,1	23,9
Castelo Branco	20,2	22,0	23,9
Santarém	17,4	18,2	23,2
Coimbra	15,7	18,5	22,3
Faro	24,6	21,1	21,9

Fontes: VIII, IX e X Recenseamentos Gerais da População, I. N. E.

Os distritos de Viana do Castelo, Évora, Portalegre e Guarda constituem o grupo C. Como se pode concluir do quadro n.º 4 [27], somente Viana do Castelo manifesta uma evolução rápida e dinâmica, apesar de não se poder esquecer que partiu, em 1940, duma base mínima (10,9 %). Os demais distritos deste grupo caracterizam-se por uma relativa estagnação.

Relação população operária/população activa com profissão nos distritos

QUADRO N.º 4

Distritos	Anos		
	1940	1950	1960
Viana do Castelo ...	10,9	16,0	19,7
Évora	16,9	15,1	17,9
Portalegre	14,8	15,1	15,6
Guarda	13,6	13,7	15,3

Fontes: VIII, IX e X Recenseamentos Gerais da População, I. N. E.

Os distritos que compõem o grupo D (Viseu, Beja, Vila Real e Bragança) caracterizam-se não só por apresentarem as percentagens mais baixas de P. A. O. na «população activa com profissão», mas também pela sua forte estagnação, exceptuando-se talvez o caso do distrito de Viseu, que, apesar das baixas percentagens que evidencia, se destaca dos outros distritos do mesmo grupo [28].

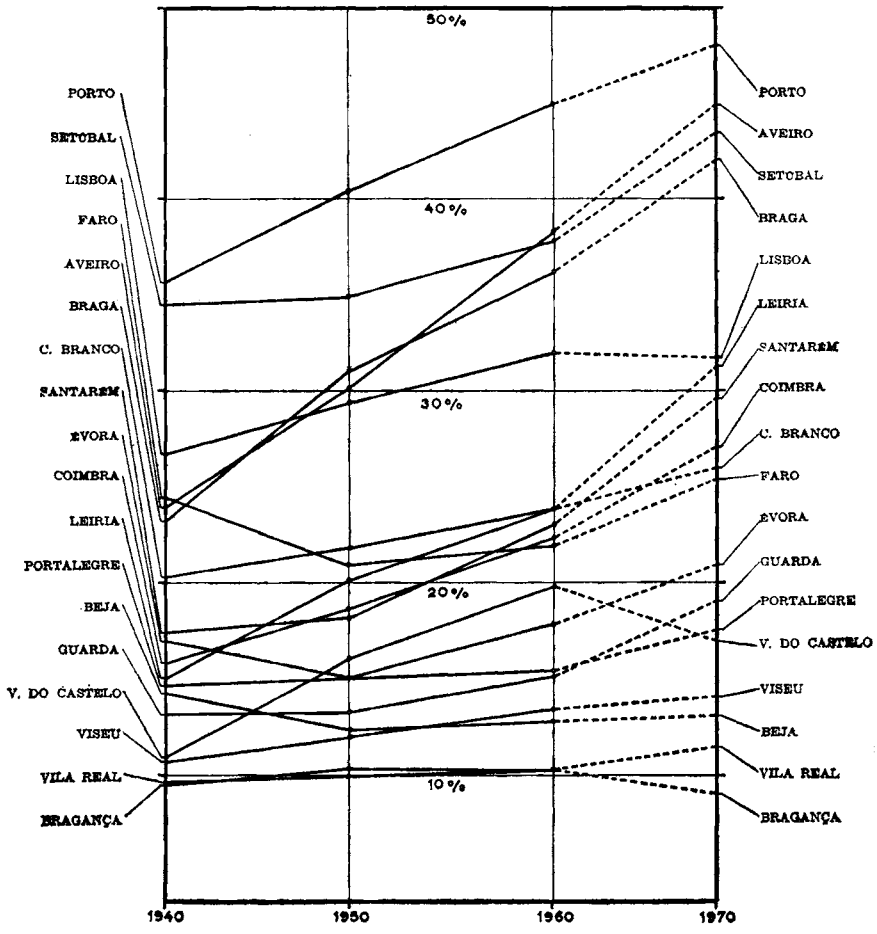
O gráfico III apresenta uma visualização global da evolução das percentagens da P. A. O. na «população activa com profissão» nos vários distritos do continente e durante o período 1940-70.

[27] Para 1970 notar-se-iam as seguintes percentagens: Viana do Castelo, 16,6 %; Évora, 20,9 %; Portalegre, 17,1 %, e Guarda, 19,2 %.

[28] Relativamente a 1970, o distrito de Viseu continuaria a destacar-se dos restantes do grupo D (14,5 %). Beja e Vila Real mostrariam um relativo aumento (13,2 % e 11,4 %, respectivamente) e Bragança apresentaria uma quebra (9,0 %).

GRAFICO III

Evolução, nos distritos do continente, da percentagem da P. A. O. na população activa com profissão durante o período 1940-1960 (1970)



Fontes: VIII, IX, X e XI Recenseamentos Gerais da População, I. N. E.
11.º Recenseamento da População, Estimativa a 20 %.

Relação população operária/população activa com profissão nos distritos

QUADRO N.º 5

Distritos	Anos		
	1940	1950	1960
Viseu	10,7	12,3	13,4
Beja	14,4	12,6	12,9
Vila Real	9,6	10,0	10,3
Bragança	9,5	10,2	10,3

Fontes: VIII, IX e X Recenseamentos Gerais da População, I. N. E.

1.3 *Distribuição da P. A. O., em percentagens do total, por concelhos (1960)*

A análise da distribuição da P. A. O. por distritos poderia revelar-se adequada e satisfatória se os diferentes distritos delimitassem zonas relativamente homogéneas, isto é, zonas que fossem caracterizadas por uma similitude de situações, numa determinada perspectiva.

Sabe-se que não acontece assim. O distrito é apenas uma divisão administrativo-política específica que se não distingue das outras pela relativa homogeneidade do espaço económico e social que circunscreve, mas pela relativa autonomia dos seus órgãos de poder.

Se se tomarem como exemplo os distritos de Lisboa e do Porto, onde reside quase metade da P. A. O., a profunda heterogeneidade das áreas distritais aparece com toda a evidência. De facto, no distrito do Porto pouca semelhança existe entre um concelho fortemente «operário» como o de Vila Nova de Gaia (o 3.º concelho do País com maior densidade «operária», logo a seguir aos de Lisboa e Porto) e os concelhos de Lousada, Marco de Canaveses ou Baião, quase exclusivamente agrícolas e rurais. O mesmo se poderia dizer, no distrito de Lisboa, se se comparasse o concelho de Loures (com 25 142 operários em 1960) com os concelhos de Mafra, Lourinhã, Cadaval, etc. E quando se fala no distrito de Setúbal, imediatamente se pensa em termos de região profundamente operária, esquecendo que fazem parte desse distrito, não só concelhos como os do Barreiro, Seixal, Moita, Montijo e Almada, mas também concelhos como os de Alcácel do Sal, Grândola e Santiago de Cacém. No interior do mesmo distrito encontram-se, por conseguinte, outras áreas — concelhos — que podem apresentar características diferentes e até opostas, em particular no que se refere à população operária. Foi isso que levou a tomar o concelho como unidade de base para uma análise mais fina da distribuição da P. A. O., no continente, em 1960 [29].

[29] Não se atendeu à evolução da população operária em cada concelho no período de 1940 a 1960. (Ver nota 16.)

Como a amostra de 20 % relativa ao censo de 1970 não inclui dados relativos aos concelhos, não se fazem referências com base nesse censo.

O mapa n.º 3 mostra-nos os 41 concelhos onde residiam, em 1960, cerca de dois terços (67,4 %) da P. A. O., encontrando-se a parte restante (32,6 %) distribuída pelos outros 232 concelhos. Os concelhos de Lisboa e Porto são os que apresentam concentração mais densa, com grande relevância para Lisboa, cujos quantitativos quase triplicam os do Porto [30].

Por sua vez, os concelhos de Lisboa, Porto, Vila Nova de Gaia, Guimarães, Matosinhos, Loures, Gondomar e Vila da Feira representam cerca de 35,0 % da P. A. O. total. Deste modo, a população operária que reside nestes 8 concelhos é superior em número à que reside nos 232 concelhos acima referidos. Surgem-nos, assim, duas zonas de grande concentração operária. A primeira é formada pelos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar, Matosinhos (distrito do Porto), Guimarães (distrito de Braga) e Vila da Feira (distrito de Aveiro). Esta zona constitui o núcleo central da região Aveiro-Porto-Braga, a que se fez referência atrás, ao descrever-se a distribuição da P. A. O. por distritos. A segunda é constituída pelos concelhos de Lisboa e Loures, que, por sua vez, servem de núcleo central à região Lisboa-Setúbal. Estes 8 concelhos (em cada um dos quais se concentram mais de 20 000 operários) constituem um grupo a que se chamará grupo I de concelhos, devidamente assinalado no mapa n.º 3.

Os concelhos de Oeiras, Almada, Setúbal, Cascais, Sintra, Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão, Maia, Braga, Vila do Conde, Viana do Castelo e ainda os concelhos isolados de Coimbra e da Covilhã, cujos efectivos operários estão compreendidos entre 10 000 e 20 000, constituem o grupo II de concelhos e, com excepção de Coimbra e Covilhã, agrupam-se à volta das regiões Lisboa-Setúbal e Aveiro-Porto-Braga, prolongando-as.

Por sua vez, o grupo III de concelhos (todos com uma população operária compreendida entre 6000 e 10 000) é constituído:

a) Por concelhos situados ainda nas regiões Lisboa-Setúbal e Aveiro-Porto-Braga: Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, Vila Franca de Xira, Valongo, Paredes, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Aveiro, Póvoa de Varzim e Barcelos.

b) Pelos concelhos da Figueira da Foz, Leiria, Marinha Grande, Alcobaça e Abrantes, que formam uma zona central de ligação entre as regiões Lisboa-Setúbal e Aveiro-Porto-Braga.

c) Pelos concelhos de Viseu, Castelo Branco e Olhão, de características próprias e mais ou menos isolados.

Finalmente, considera-se o grupo IV, constituído pelos 232 concelhos que restam, todos com menos de 6000 operários.

---

[30] Importa relembrar aqui um elemento importante de distorção que já foi oportunamente apontado: trata-se do grupo profissional dos «motoristas» (cerca de 40 000), que se decidiu reter na sua totalidade, por não se dispor de dados que permitissem fazer a necessária triagem com vista a considerar-se apenas o subgrupo dos «camionistas». Os concelhos de Lisboa e Porto apresentarão, por conseguinte, valores acima dos reais em proporção superior à dos outros concelhos, na medida em que se concentra naqueles a grande maioria dos motoristas, que, de acordo com os critérios atrás definidos, são de excluir da população operária propriamente dita. O caso dos motoristas de táxi será o mais significativo.

1.4 *Relação entre a P. A. O. e a «população activa com profissão» nos concelhos (1960)*

Atendendo à relação existente, em cada concelho, entre a P. A. O., por um lado, e a «população activa com profissão», por outro lado (o que permitirá caracterizar o meio económico-social numa perspectiva operária), podem-se dividir os concelhos do continente em quatro grupos diferentes: grupo A, grupo B, grupo C e grupo D (ver quadro n.º 6). Pertencem ao grupo A os concelhos em que a percentagem da P. A. O. na «população activa com profissão» é superior a 50 %; ao grupo B pertencem os concelhos em que essa percentagem está compreendida entre 30 % e 50 %; ao grupo C pertencem os concelhos cuja percentagem está compreendida entre 20 % e 30 %, e, finalmente, o grupo D é constituído pelos restantes concelhos de Portugal continental, ou seja, pelos concelhos em que a referida percentagem é inferior a 20 %.

Distribuição dos concelhos por «grupos», segundo a P. A. O. e a população activa com profissão

QUADRO N.º 6

Grupos	Número de concelhos	P. A. O. (1)	População activa com profissão (2)	(1)/(2) Percentagem
Grupo A	30	363 494	585 982	62,0
Grupo B	51	435 113	1 092 252	39,8
Grupo C	37	82 206	350 476	23,5
Grupo D	155	138 395	1 092 371	12,7
Total	273	1 019 208	3 121 081	32,7

Grupo A: concelhos cuja percentagem é igual ou superior a 50 %.
Grupo B: concelhos cuja percentagem está compreendida entre 50 % e 30 %.
Grupo C: concelhos cuja percentagem está compreendida entre 30 % e 20 %.
Grupo D: concelhos cuja percentagem é inferior a 20 %.

O mapa n.º 4 oferece uma visão desses diferentes grupos e da maneira como se encontram relacionados.

Numa primeira análise global descobre-se, a oeste do País, uma grande mancha operária que, seguindo a orla marítima, se alonga de Caminha até Setúbal e cuja continuidade é interrompida por duas regiões de economia predominantemente agrícola: a região compreendida entre os concelhos de Ílhavo e Leiria (excluindo o concelho da Figueira da Foz) e a região compreendida entre os concelhos de Alcobaça e Sintra (excluindo o concelho de Peniche). Desta mancha operária destacam-se dois prolongamentos para o interior: o primeiro, muito descontínuo, apresenta valores máximos na Covilhã e em Castanheira de Pêra; o segundo, que parte da Marinha Grande, continua, sem interrupção, por Leiria, Porto de Mós, Torres Novas e Tomar, em direcção a Abrantes, apresentando valores máximos na Marinha Grande e no Entroncamento.

Uma segunda mancha, muito menos longa e de características específicas, estende-se, com breves interrupções, de Vila do Bispo a Vila Real de Santo António, no Algarve. A P. A. O. destes concelhos trabalha, em grande parte, na indústria da alimentação, em que predominam as actividades ligadas às conservas de peixe, sendo constituída, na sua maioria, por mulheres.

Todo o resto do País é constituído essencialmente por extensas regiões onde predominam fortemente as actividades agro-pecuárias e as características rurais, com percentagens mínimas de população operária. Temos, assim, a considerar, como se pode ver no mapa n.º 4, duas vastíssimas regiões: a região do Nordeste e a região alentejana. A primeira compreende os distritos de Vila Real e de Bragança (com excepção do concelho de Miranda do Douro), a maior parte do distrito de Viana do Castelo, cerca de metade do distrito de Braga (concelhos situados na parte norte e leste do distrito) e a quase totalidade dos concelhos situados nos distritos de Viseu, Guarda e Castelo Branco. A linha de demarcação desta área compreende ainda, a oeste, os concelhos de Baião (distrito do Porto), Arouca e Sever do Vouga (distrito de Aveiro).

Por sua vez, a região alentejana compreende, praticamente, os distritos de Portalegre, Évora e Beja, assim como a parte do distrito de Setúbal situada a sul do Sado.

Além destas duas regiões, ambas caracterizadas por elevado grau de homogeneidade e por uma vastidão imensa, podemos considerar ainda a região de Coimbra-Castelo Branco e a região de Torres Vedras-Santarém. A primeira, muito descontínua, inclui os concelhos de Vagos e Oliveira do Bairro (distrito de Aveiro), Pombal, Ansião, Figueiró dos Vinhos, Alvaiázere (distrito de Leiria), Ferreira do Zêzere (distrito de Santarém) e a maior parte dos concelhos de Coimbra: Mira, Cantanhede, Montemor-o-Velho, Soure, Condeixa-a-Nova, Miranda do Corvo, Poiares, Penacova, Tábua, Góis e Pampilhosa da Serra. A região de Torres Vedras-Santarém é constituída, por um lado, pelos concelhos de Mafra, Sobral de Monte Agraço, Arruda dos Vinhos, Alenquer, Azambuja, Torres Vedras, Cadaval, Lourinhã (distrito de Lisboa), Caldas da Rainha, Óbidos, Bombarral (distrito de Leiria) e Rio Maior (distrito de Santarém) e, por outro lado, pelos concelhos da Golegã, Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos, Coruche e Benavente (todos do distrito de Santarém). Estes dois grupos de concelhos são profundamente heterogéneos e constituem duas sub-regiões específicas.

2. Distribuição da P. A. O. por ramos de actividade

1. A primeira ordem de considerações a fazer sobre este ponto refere-se, sem dúvida, à reequacionação do problema da própria construção e delimitação do conjunto de referência ou conjunto da P. A. O. Como se disse, quis-se «isolar», adentro da «população activa com profissão», aqueles activos cujo lugar no processo de produção os configurasse como «trabalhadores produtivos». Foram dois os indicadores fundamentais utilizados: a «profissão» e

a situação «por conta de outrem». Mas em que medida não teria sido mais correcto «depurar» o conjunto balizado por aqueles dois indicadores com um terceiro, o dado pelo «ramo de actividade», isolando por fim um conjunto exclusivamente constituído por aqueles que, exercendo uma profissão considerada «operária», o fizessem «por conta de outrem» e inseridos nos ramos das actividades transformadoras *latu sensu* (com exclusão, portanto, das franjas preenchidas por indivíduos, embora com «profissão» e «situação na profissão» «operária», «activos» no «sector primário» ou dos «serviços»)? Por outras palavras: se não oferece dúvidas integrar na P. A. O., por exemplo, os «mecânicos» na situação «por conta de outrem» das indústrias metalúrgicas e metalomecânicas, qual a legitimidade para fazer outro tanto relativamente àqueles «mecânicos» insertos nas actividades primárias ou nos serviços? Optou-se pela solução, nalguma medida enganosa e certamente provisória [31], de não levar em conta o sector onde os trabalhadores se encontram insertos. Donde, obviamente, se poder admitir que os efectivos da P. A. O. neste texto já indicados o são por excesso perante os de um núcleo apenas constituído por «população operária industrial» [32].

2. A distribuição que foi possível [33] da P. A. O. por ramos de actividade permite tecer as considerações que se seguem. Mais de metade (61,4 %) da P. A. O. detectada para 1960 localiza-se nas «indústrias transformadoras» e 94,1 % nas actividades de transformação *latu sensu* (conjunto das «transformadoras», «extractivas», «construção e obras públicas», «transportes, armazenagem e comunicações» e «electricidade, gás, água e serviços de sanea-

[31] Aponta-se a imprescindibilidade de reformular o conceito de «trabalhador produtivo» atendendo ao seu preciso lugar e relações com os demais conceitos adentro do espaço da matriz teórica que dê conta da problemática correspondente, isto é, da problemática que enuncia o conjunto articulado de questões referentes ao domínio das classes sociais.

[32] Se se considerarem aquelas faixas de «activos operários» insertos no sector primário — «agricultura, silvicultura e pesca» — e no terciário — «comércio, bancos, seguros e operações sobre imóveis», «administração pública», «serviços prestados à colectividade e às empresas e recreativos», «serviços pessoais» e «actividades mal definidas» —, estimam-se os seus efectivos, *grosso modo*, para 1960 e 1950 em cerca de 6 % e 10 % (em termos absolutos, à volta de 54 400 e 81 100 indivíduos, respectivamente) (ver quadro n.º 7). Tais são, portanto, os quantitativos eventualmente a deduzir dos contigentes da P. A. O. calculados para aquelas duas datas. Em relação a 1940, é de todo impossível determinar, com um mínimo de rigor, a população desta franja.

[33] Os censos de 1960 e 1950 não fornecem o quadro produto do cruzamento de três indicadores: a «profissão», a «situação na profissão» e o «ramo de actividade». Para remediar tal limitação, depois de apurada, por colecção de profissões, a distribuição da «população activa com profissão» por «ramos de actividade», aplicaram-se aos efectivos encontrados coeficientes que resultam do quociente «trabalhadores por conta de outrem»/«população activa com profissão» para o continente e ilhas. A soma dos subconjuntos respeitantes às três colecções de profissões traduz, evidentemente com certa margem de erro, os quantitativos da P. A. O. distribuídos por grandes ramos de actividade. Registe-se como outra fonte de erro que os totais globais, fornecidos pelos censos, por colecção de profissões de activos por «ramos de actividade», não coincidem, nalguns casos, com os totais globais por colecção de profissões de activos por «situação na profissão».

mento»). Em 1950 não se andava muito longe deste panorama geral: 60,6 % da P. A. O. nas «transformadoras» e 89,4 % nas «actividades de transformação». De anotar, de 1950 para 1960, no total da P. A. O., a quebra do peso relativo dos «operários» das transformadoras ditas «ligeiras» (de 48,5 % passou a 43,1 %), ainda que, em termos absolutos, se possa apontar um ligeiro crescimento — ao índice 100 para 1950 corresponde o índice 106 em 1960 —, e paralelo aumento tanto daquele peso relativo dos «operários» nas transformadoras «pesadas» (12,1 % em 1950; dez anos depois, 18,3 %), como dos valores absolutos — 100 e 181 são os índices que «medem» este último crescimento. Regista-se a baixa da quantidade de «operários» nas actividades primárias — de cerca de 21 000 indivíduos (índice 100) em 1950, correspondendo a 2,7 % do total da P. A. O., passou-se a pouco menos de 7500 (índice 35), ou seja 0,8 % do total da P. A. O. — e também a quebra da quantidade de «operários» nos serviços — quebra absoluta (do índice 100 passou-se ao índice 78) e quebra relativa (de 7,9 % a 5,1 %) para as mesmas duas datas. Salienta-se ainda o aumento de 50 % dos efectivos «operários» na «construção civil e obras públicas» que no plano do peso relativo se traduz nas percentagens de 16,9 % e 21,2 % (ver quadro n.º 7).

3. Uma outra fonte estatística que permite apontar grande parte da população operária é a que os inquéritos industriais constituem, nomeadamente o de 1957-59 e o de 1964. Os ramos de actividade contemplados pelos inquéritos excluem, como é sabido, tanto os do sector primário como os do sector terciário. Assim, os contingentes de «operários» captáveis nos inquéritos, de âmbito territorial restringido ao continente, referem-se aos que exercem a sua actividade produtiva nos ramos das «indústrias transformadoras», nas «indústrias extractivas», na «construção» e no ramo «electricidade, gás e vapor». Nesta medida, os efectivos globais de «operários» [34] assinaláveis são naturalmente menos numerosos que os fornecidos pelos censos e aproveitados na base do critério utilizado neste trabalho.

Os inquéritos apresentam uma bateria de indicadores mais finos relativos aos estabelecimentos inquiridos, tais como, por exemplo, o «capital fixo», o «pessoal ao serviço», as «remunerações pagas», etc., cuja articulação poderia talvez permitir definir tipos de estabelecimentos de acordo com as características capitalistas ou não que patenteiam e assim contribuir para a definição de um certo universo estatístico de «operários» industriais/«trabalhadores produtivos».

[34] «Operário» ou «pessoal operário» é um «conceito» com que os inquéritos operam. Em que medida este «conceito» e o de «activo operário» resultante do cruzamento «profissão operária» × «situação por conta de outrem», elaborado com suporte nos censos, recobrem idêntico tipo de trabalhadores é questão que fica em aberto. Pode, não obstante, supor-se uma larga coincidência, assinalando, contudo, que os inquéritos não captam grande parte de toda uma gama de trabalhadores, os dos transportes pois de ramo dos «transportes armazenagem e comunicações», onde a maioria daqueles trabalhadores se localizam, não se encontra incluído nos ramos de actividades retidos nos inquéritos.

De facto, não é irrelevante o tipo de unidade de produção na qual os trabalhadores exercem a sua actividade — por exemplo, os indicadores «pessoal ao serviço» ou «dimensão dos estabelecimentos» podem indiciar uma certa organização da produção específica de um determinado modo de produção. Os estabelecimentos de dimensão mais pequena (suponha-se 1-2 empregados ao seu serviço) constituem unidades cujo tipo de organização as situará dentro do sistema de produção capitalista, ou, pelo contrário, as configurará como unidades de feição marcadamente pré-capitalista? Foi aqui abandonada esta via e, assim, empobrecida a análise aparentemente exequível.

Estimativa da população operária por ramos de actividade nos censos de 1950 e 1960

QUADRO N.º 7

Ramos de actividade	Efectivos					
	1950			1960		
	Número (milhares)	Percentagem	Índice	Número (milhares)	Percentagem	Índice
Agricultura, silvicultura e pesca	20,9	2,7	100	7,4	0,8	35
Indústrias extractivas	20,9	2,7	100	22,7	2,5	109
Indústrias transformadoras ligeiras ..	371,8	48,5	100	394,2	43,1	106
Indústrias transformadoras pesadas	92,4	12,1	100	167,7	18,3	181
Construção e obras públicas	129,7	16,9	100	193,9	21,2	149
Transportes, armazenagem e comunicações	64,4	8,4	100	74,6	8,2	116
Electricidade, gás, água e serviços de saneamento ...	6,2	0,8	100	7,5	0,8	121
Serviços	60,2	7,9	100	47,0	5,1	78
Total	766,5	100,0	100	915,0	100,0	119

Fontes: IX e X Recenseamento Geral da População, I. N. E.

4. Se se considerarem apenas os ramos de actividade contemplados pelos inquéritos, os dados retirados destes e os que se apuraram através dos censos levam ao balizamento de quatro conjuntos de «operários» [35], de cujos efectivos se dá conta no quadro n.º 8.

[35] Que são: 1) o captado por sobre o censo de 1950; 2) o delimitado através do censo de 1960; 3) o indicado pelo Inquérito de 1957-59 e respeitante ao «pessoal operário» adstrito a todos os estabelecimentos, qualquer que fosse a dimensão, e 4) aquele que o Inquérito de 1964 circunscreve, mas referido apenas aos estabelecimentos com três ou mais pessoas ao seu serviço.

População operária por actividades industriais

QUADRO N.º 8

Ramos de actividade	Censo de 1950		Inquérito de 1957-59		Censo de 1960		Inquérito de 1964	
	Número (milhares)	Percentagem	Número (milhares)	Percentagem	Número (milhares)	Percentagem	Número (milhares)	Percentagem
Indústrias extractivas	20,9	3,3	27,4	4,8	22,7	2,9	21,4	3,2
Indústrias transformadoras ligeiras	371,8	59,9	308,5	53,8	394,2	50,2	363,0	53,9
Indústrias tranformadoras pesadas	92,4	14,9	160,9	28,1	167,7	21,3	198,6	29,4
Construção e obras públicas(*a*)	129,7	20,9	71,4	12,4	193,9	24,7	89,9	13,3
Electricidade, gás, água e serviços de saneamento (*b*)	6,2	1,0	2,0	0,3	7,5	0,9	1,7	0,2
Diversos	—	—	3,5	0,6	—	—	—	—
Total	621,0	100	573,7	100	786,0	100	674,6	100

(a) No Inquérito de 1957-59, «construção».
(*b*) No censo de 1950, «indústrias relacionadas com os serviços públicos». Nos Inquéritos Industriais de 1957-59 e de 1964, «electricidade, gás e vapor».
Fontes: IX e X Recenseamentos Gerais da População e Inquéritos Industriais de 1957-59 e de 1964, I. N. E.

Uma certa discrepância nos critérios definidores destes conjuntos impede, em larga medida, um comentário comparativo.

Em referência exclusivamente aos conjuntos indicados pelos inquéritos faz-se notar que, tanto em 1957-59, como em 1964, os «operários» das indústrias transformadoras constituíam a grande maioria do total do «pessoal operário» — 81,9 % e 83,2 %, respectivamente. Salienta-se um maior aumento em valores absolutos

Evolução do «pessoal operário» dos inquéritos por ramos de actividade de 1957-59 para 1964, em números-índices

QUADRO N.º 9

Ramos de actividade	Inquérito de 1957-59	Inquérito de 1964
Indústrias extractivas	100	78
Indústrias transformadoras ligeiras	100	118
Indústrias transformadoras pesadas	100	123
Construção (*a*)	100	126
Electricidade, gás e vapor	100	85
Diversos	100	—
Total	100	118

(*a*) No Inquérito de 1964, «construção e obras públicas».
Fontes: Inquéritos Industriais de 1957-59 e de 1964, I. N. E.

dos efectivos adstritos às «transformadoras pesadas» do que dos ocupados nas «transformadoras ligeiras» — nestes, o índice 118 e naquelas o índice 123 respeitantes a 1964, correspondentes à base 100 atribuída aos contingentes de 1957-59, «medem» tais aumentos. Entre as mesmas duas datas registou-se um aumento absoluto e relativo do «pessoal operário» ligado ao ramo da «construção» — do índice 100 passou-se ao índice 126 e dos 12,4 % aos 13,3 %, respectivamente —, uma diminuição absoluta e relativa deste «pessoal» no ramo das «extractivas» — índices, 100 e 78, e, em percentagens, de 4,8 % a 3,2 % — e também uma diminuição absoluta e relativa no ramo da «electricidade gás e vapor» — índices, 100 e 85, e, percentualmente, de 0,3 % a 0,2 % (ver quadros 8 e 9).

IV

NOTA CONCLUSIVA

Este texto assume um alcance restrito: pretende-se apenas uma primeira inventariação de materiais conceptuais e empíricos respeitantes à análise, em termos de situação de classe, da «classe operária» em Portugal. Desta maneira, o quadro teórico explici-

 tado em I deixa transparecer evidentes lacunas, nomeadamente

no respeitante à teoria geral das classes sociais e, muito em particular, no tocante à conceptualização de *trabalho e trabalhador produtivo*.

A metodologia utilizada para operar a passagem do quadro geral de referência teórica para a análise empírica não se socorre visivelmente de uma *teoria auxiliar* agregadora de um leque de operadores de mediação entre as proposições teóricas e os dados estatísticos capazes de relacionarem de maneira significativa as variáveis relevantes. A ausência de uma elaboração deste tipo constitui, por si só, uma limitação de vulto ao texto.

Por outro lado, sublinhe-se o aspecto meramente descritivo da análise apresentada em III. O eventual reaproveitamento dos elementos empíricos salientes exigirá a enunciação de um referencial teórico apto a dar conta do processo de transformação global da realidade social portuguesa entre 1940-60(70), no interior do qual o crescimento absoluto e relativo dos efectivos da população activa operária, as tendências de concentração operária verificadas em certas regiões e o inchamento do sector das indústrias transformadoras possam ser explicados necessariamente no quadro da consolidação do sistema de produção capitalista na sociedade global em referência.

Por último, deixam-se algumas linhas que pretendem apontar muito sucintamente as principais conclusões extraíveis da análise empírica atrás levada a cabo.

1. No que se refere à *variação dos efectivos totais da P. A. O.*, verifica-se um crescimento global, não só em valores absolutos, mas também em valores relativos, no período considerado. Quer dizer: não só cresceu o número dos «operários», como também aumentou a sua percentagem relativamente ao total da população activa com profissão. Não se esperaria outra coisa num país que iniciou há poucas décadas a sua industrialização. Note-se, porém, que, no respeitante ao crescimento em valores absolutos, se verifica na década de 1960-70 uma acentuada diminuição do ritmo de crescimento, passando-se de 23 % no período de 1940-50 e de 19 % no de 1950-60 para 11,6 % no período de 1960-70.

Esta diminuição brusca de ritmo deve ter a sua explicação no fenómeno migratório, que, a partir de 1960, tomou entre nós dimensões e características novas. E, se o crescimento se continuou, apesar de tudo, a processar, isso se deve ao facto de os contingentes migratórios serem constituídos, predominantemente, por trabalhadores das zonas rurais, o que permite, aliás, compreender que, apesar de o ritmo de crescimento da P. A. O., em valores absolutos, haver sofrido a referida quebra, o mesmo se não tenha verificado quanto ao ritmo do crescimento da percentagem da P. A. O. em relação à população activa com profissão: essa percentagem, com efeito, passou de 21,4 % em 1940 para 24 % em 1950, para 27,6 % em 1960 e para 32,4 % em 1970.

2. Quanto à *distribuição da P. A. O. por distritos*, verifica-se, antes de mais, uma forte tendência de polarização da P. A. O. em

duas regiões principais: uma no Norte, constituída pelos distritos de *Aveiro-Porto-Braga*, e outra no Centro, englobando os distritos de *Lisboa-Setúbal*. Estas regiões, que apenas compreendem cinco distritos, podem ser consideradas como as áreas que aglutinam maior quantidade de efectivos operários do continente.

De facto, se considerarmos a sua população operária em relação à P. A. O. do continente, verifica-se que nestas duas regiões se concentram cada vez mais operários: 61,4 % em 1940, 65,8 % em 1950, 67,8 % em 1960 e 71,9 % em 1970.

Os distritos do Porto e Lisboa funcionam como núcleos fundamentais dessas duas *regiões «operárias»*, sendo de salientar o caso do primeiro, que apresenta valores mais elevados que os dos restantes distritos, incluindo o de Lisboa. O distrito do Porto, que em 1970 continha 24,1 % da P. A. O. de Portugal continental e que, no conjunto da sua população activa com profissão, incluía 48.4 % de «operários», afirma-se cada vez mais como a «capital operária» do País. Note-se, aliás, que os distritos de Aveiro e Braga, que, juntamente com o do Porto, formam a referida «região do Norte», manifestam também uma notável evolução dinâmica, com nítido aumento da sua população operária, tanto em números absolutos como em números relativos.

Na «região do Centro», constituída pelos distritos de Lisboa e Setúbal, é de salientar a evolução deste último por ter visto aumentar rapidamente os seus efectivos operários, pois que de 6,6 % da P. A. O. total em 1960 passou a abarcar 8,5 % da P. A. O. total em 1970.

A *forte polarização da P. A. O. nas duas referidas regiões*, que se vai processando a partir de 1940, corresponde, naturalmente, à política e à forma do processo de industrialização do País e reflecte, como é óbvio, o sentido e a intensidade das principais correntes migratórias internas.

Esta concentração bipolarizada tem necessariamente o seu reverso, que se manifesta nos distritos do Nordeste (Bragança, Vila Real e Guarda) e do Sudoeste (Portalegre, Évora e Beja): em 1960, estes distritos não continham, no seu conjunto, mais de 8,7 % da P. A. O. total. O mapa n.º 1 (p. 320) mostra claramente que, em Portugal, a P. A. O. se concentra na orla marítima, mais industrializada e mais densamente povoada que as extensas regiões do interior, de características quase totalmente rurais e agrícolas.

3. Aprofundando a análise de *distribuição da P. A. O.* até ao nível dos *concelhos*, verifica-se que, enquanto apenas 7 concentram, só por si, cerca de um terço da P. A. O., 232 (num total de 273 concelhos) não atingem sequer outro terço. Deste modo, pode concluir-se que, segundo os dados referentes a 1960, mais de 80 % dos nossos concelhos apresentam características quase inteiramente agrícolas e rurais.

Por outro lado, se se pretender caracterizar o meio económico-social numa «perspectiva operária», analisando, nos diferentes concelhos, a relação P. A. O./população activa com profissão, descobre-se, no litoral do Norte e do Centro do País, *uma longa*

mancha «operária», descontínua, que se estende de Caminha até Setúbal e cujos núcleos fulcrais assentam nas zonas do Porto e de Lisboa.

4. *Quanto à distribuição da P. A. O. por ramos de actividade,* assinala-se, com base nos elementos fornecidos pelos censos, a profunda quebra de efectivos verificada nos ramos de actividade tradicionais — «agricultura, silvicultura e pesca» — na década de 1950-60, que se deve em larga medida ao enorme surto emigratório registado. Por outro lado, verificou-se na mesma década um incremento da P. A. O. adstrita aos ramos de actividade das «transformadoras pesadas» e da «construção e obras públicas», tendência que, no respeitante ao primeiro destes dois ramos de actividade, também os resultados dos inquéritos conjugados com os dos censos registam firmemente.